



CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS – CAHL
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA
Rua Maestro Irineu, s/n – Centro. Cachoeira/ Bahia / Brasil. 44.300-000
colegiadodemuseologia@gmail.com / [ufrb.edu. Br/museologia](http://ufrb.edu.br/museologia)

RENATA RAMOS DOS SANTOS

**MUSEALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ENGENHO VITÓRIA – BA:
POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES.**

Cachoeira
2012

RENATA RAMOS DOS SANTOS

**MUSEALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ENGENHO VITÓRIA – BA:
POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Comerlato

Cachoeira
2012

RENATA RAMOS DOS SANTOS

**MUSEALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ENGENHO VITÓRIA – BA:
POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES.**

**MONOGRAFIA APRESENTADA AO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
MUSEOLOGIA, CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS,
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, COMO REQUISITO
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM MUSEOLOGIA.**

Prof^a. Dr^a. Fabiana Comerlato
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Ricardo Brugger Cardoso
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Walter Fraga.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Cachoeira - Bahia
Novembro/ 2012

TERMO DE APROVAÇÃO

RENATA RAMOS DOS SANTOS

MUSEALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ENGENHO VITÓRIA – BA: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Museologia.

Aprovada em 06 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Fabiana Comerlato (Orientadora) _____
Doutora em História – PUCRS
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Ricardo José Brugger Cardoso _____
Doutor em Teatro - UNIRIO
Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Walter da Silva Fraga Filho _____
Doutor em História Social – UNICAMP
Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado coragem e força para vencer os obstáculos impostos pela vida e de trilhar o caminho da academia e ter chegando aqui.

A minha mãe Josefa Raimunda R. dos Santos e aos meus avós Josefa Raimunda e José que foram o grande alicerce na minha vida.

Ao meu companheiro Amistander, que sempre esteve presente ao meu lado, me apoiando nas minhas decisões com muito carinho, festejando a cada conquista.

Aos meus irmãos Fátima, Valdinéia, Carlos, Uindís, Vandreia e Toni. Aos meus sobrinhos queridos, que me proporcionam grandes momentos de alegria.

Aos meus familiares, principalmente a minha tia Raí, as minhas primas Mara, Adelma, Adelmária, Andréa, Isabele e principalmente a Adébora por ser a minha co-orientadora na minha monografia. A meu Padrinho Anderson Café pela contribuição e orientação no meu trabalho acadêmico.

Aos amigos da ABI (Associação Bahiana de Imprensa), que estiveram presentes na minha luta desde o início da minha vida acadêmica, torcendo a cada conquista minha, principalmente Marilene, Valésia e Vanice.

Aos amigos que fiz durante a graduação Edilton Mascarenhas, Antonio Lopes e Manoela Machado, Eva, Gil, Priscila, Laiz, Lise, Carine, Aline, Pedro, Claudete, Neila e Idaiane pelos momentos compartilhados ao longo desses anos.

Agradeço a D. Branda e o Sr. Gilmar, pais de (Gil e Priscila) e a D. Dulcinete e José, pais de (Carine e Aline), a tia de Eva por me receberem em suas residências com muito carinho.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me auxiliaram, permitindo o meu ingresso na universidade, assim como aos que contribuíram para a minha formação profissional.

RESUMO

A região onde se desenvolveu a economia açucareira é extremamente rica em vestígios arqueológicos, remanescentes de antigas áreas de Engenhos de açúcar. Esses espaços podem ser definidos como sítio arqueológico, o que contribui para uma possível musealização. Nesta abordagem, pretende-se discorrer sobre a possibilidade de musealização do Engenho Vitória como conjunto arquitetônico do patrimônio Arqueológico existente no Recôncavo. O trabalho tem como objetivo central analisar as potencialidades e viabilidade de musealização do Engenho Vitória, para ser transformado em local de visitação e preservação. Como objetivos específicos o trabalho procura detectar as potencialidades e deficiências relacionadas à utilização do patrimônio para fins turísticos; contribuir para o conhecimento do acervo arqueológico na região; divulgar o sítio arqueológico, tendo como estratégia o processo de apropriação do patrimônio. As ruínas do Engenho Vitória confirmam a importância deste patrimônio para a salvaguarda da memória coletiva da comunidade local.

Palavras- chave: Engenho. Musealização. Sítio arqueológico

ABSTRAT

The region developed the sugar economy is extremely rich in archaeological remains, remnants of old areas of Sugar mills, these spaces can be defined as archaeological site. Contributing to a possible musealization. In this approach, we intend to discuss the possibility of possible musealization the Victory Mill as archeological architectural heritage existing in the Reconcavo. With the following objectives: general and specific: Analyze the potential and viability of the Mill musealization Victory, to be transformed into a place of visitation and preservation. Detect the strengths and weaknesses related to the use of heritage for tourism purposes; contribute to the knowledge of the archaeological collection in the region; Disclose the archaeological site, with the strategy process of appropriation of assets. The ruins of the Mill Victory confirm the importance of this heritage for the preservation of the collective memory of the local community.

Keywords: Archaeological Site. Ingenio. Musealization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	“Engenho” modelos de construção de engenho de açúcar movido por atração humana. Pintura de Frans Post.	28
Figura 2	Engenho Vitória em funcionamento, com a presença de membros da Marinha, atual proprietário.	31
Figura 3	Mapa de localização do engenho no município de Cachoeira.	33
Figura 4	Vista do rio Paraguaçu, beleza paisagística do recôncavo.	34
Figura 5	Vista de cima, mostrando o rio e a casa - grande do engenho cercado por uma bela paisagem natural.	34
Figura 6	O casarão de frente para o Rio Paraguaçu.	34
Figura 7	Engenho Vitória em funcionamento, com a presença de membros da Marinha, atual proprietário.	36
Figura 8	Ruínas da casa - grande do Vitória, á margens do rio Paraguaçu e sua escada de acesso á entrada principal.	36
Figura 9	Vista interna do saguão.	36
Figura 10	Passagem coberta que dava acesso tanto ao sobrado quanto ao engenho.	36
Figura 11	Vista da sala que se abria para o rio.	36
Figura 12	Estrutura de sustentação da capela em tijolos.	37
Figura 13	Parede da fábrica, estrutura mista em pedras e tijolos.	37
Figura 14	Detalhe da alvenaria mista (pedra e tijolo) na parede da fábrica.	37
Figura 15	Detalhe do assoalho ou parquet, no andar nobre da casa - grande.	37
Figura 16	Detalhe do estado de conservação em que se encontra o assoalho no andar nobre.	37
Figura 17	Casa - grande vista do fundo.	38
Figura 18	Casa - grande vista do fundo, entre as estruturas da fábrica.	38
Figura 19	Estrutura da roda d'água.	38
Figura 20	Colunas de sustentação do telhado da antiga fábrica	38
Figura 21	Estrutura atual do aqueduto.	39
Figura 22	Chaminé utilizada pela fábrica de açúcar.	39
Figura 23	Vestígio do piso da capela.	39
Figura 24	Piso do hall de entrada da parte nobre da casa - grande.	39

Figura 25	Estrutura da fonte construída em alvenaria de tijolos e revestida em azulejos.	40
Figura 26	Azulejo com figuras em detalhe de anjos, na tonalidade, azul e branco.	40
Figura 27	Azulejos internos com figuras em detalhe de flores, na cor azul e branca.	40
Figura 28	Vista do estado atual do assoalho e telhado da casa sede.	41
Figura 29	Vista superior do antigo depósito.	41
Figura 30	Vista da parede externa dos quartos do pavimento do 1º andar.	41
Figura 31	Colunas da antiga fábrica tomada pela vegetação.	41
Figura 32	Estrutura da lateral da capela tomada pela vegetação.	41
Figura 33	Paredes do andar nobre pichadas por vândalos.	42
Figura 34	Paredes pichadas, resultado da falta de segurança para o patrimônio.	42
Figura 35	Vista interna da cúpula e abóbada da capela em seu perfeito estado de conservação.	43
Figura 36	Estrutura da capela: vista interna da cúpula e abóbada em seu estado atual	43
Figura 37	Gruta com duas santas em gesso.	43
Figura 38	Brasão da família Aragão.	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	METODOLOGIA	16
1.1.1	Escolha do objeto de estudo	16
1.1.2	Fontes secundárias	16
1.1.3	Fontes primárias	17
1.1.4	Registro fotográfico	17
1.1.5	Análise da estrutura arquitetônica	18
2	MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	19
3	CONTEXTO HISTÓRICO DO ENGENHO VITÓRIA	28
4	ENGENHO VITÓRIA: SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SALVAGUARDA DA MEMÓRIA COLETIVA	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICES	52

1 INTRODUÇÃO

O processo de musealização do patrimônio arqueológico e dos monumentos arquitetônicos vêm se consolidando enquanto práticas de preservação adotadas por diferentes instituições, tanto em âmbito nacional, quanto internacional. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO é um exemplo de instituição reconhecida internacionalmente responsável, dentre outras coisas, pela elaboração de todo um arcabouço de regulamentos que buscam dar conta da preservação dos bens considerados como patrimônio da humanidade.

A preocupação com a preservação do patrimônio tem se incorporado, cada vez mais, na agenda de prioridades de diferentes países, a exemplo da discussão ocorrida na França, em 1971, quando foi criada a ideia de museus a céu aberto que abriu os primeiros passos para o surgimento dos ecomuseus (MAGALHÃES, 1985).

Em âmbito nacional, a discussão sobre a musealização do patrimônio esteve baseada nas discussões ocorridas na Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), que foi criada em 1922 para discutir o tema no campo internacional e potencializar as relações culturais entre os países a respeito da proteção do patrimônio cultural. A cidade de Ouro Preto, conforme Sandoval e Santos (2009) foi o celeiro de todas essas discussões no Brasil e representou a porta de entrada para que muitos pesquisadores nacionais e até mesmo internacionais pudessem se aprofundar nesse campo de estudo.

Entretanto, pode-se considerar que a discussão sobre o assunto só ganha força a partir da implantação da política preservacionista no início do século XX, que se materializou através de dois importantes acontecimentos: a corrente intelectual iniciada pelos pensadores brasileiros, que culminaram na “Semana de 22” e na instituição dos primeiros decretos-lei a respeito do assunto no início da década de 1930.

Assim, os primeiros passos para a proteção e musealização do patrimônio nacional foram dados com a criação, em 1937, do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), hoje conhecido como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e com a promulgação do Decreto-lei nº 25 de 30 de

novembro de 1937, que lança as bases para a musealização do patrimônio material nacional.

A institucionalização das políticas de preservação do patrimônio nacional e a crescente preocupação das instituições e de seus pesquisadores em salvar a memória e a identidade histórica brasileira formaram o grande cenário, o qual se insere o problema de pesquisa desta monografia, que parte do pressuposto de que o processo de musealização possibilita assegurar a preservação dos espaços culturais.

Nesse sentido, buscou-se nesta pesquisa verificar como o processo de musealização pode contribuir para a preservação de engenhos. Para tanto se tomou como objeto de estudo o Engenho Vitória, localizado na cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia. O interesse em estudar o citado Engenho surgiu a partir das inquietações ocorridas durante as aulas da disciplina Introdução à Arqueologia do curso de Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e a partir de uma visita a passeio feita no engenho na companhia de familiares, através da qual se pôde perceber o estado de total abandono em que se encontrava o espaço, o qual já contribuiu, em muito, para o fortalecimento da economia local e nacional do país, sobretudo no período colonial (1812/20).

Situado no Recôncavo, Cachoeira é um território privilegiado para uma ação baseada na conservação integrada do patrimônio Engenho Vitória pela singularidade de seu ambiente preservado, pela existência de um patrimônio cultural ainda não devidamente analisado e valorizado por uma população desenraizada em relação ao seu território. As ruínas e a estrutura da casa - grande do engenho fazem parte do conjunto arquitetônico existente na região. Este possui um grande potencial em termos de registro histórico de um período vivenciado por determinados grupo sociais durante os séculos XVI a XIX.

O Engenho Vitória, após o processo de musealização, permitirá que os visitantes tenham acesso a todas as informações relativas à produção de açúcar no recôncavo baiano, chegando inclusive à compreensão de aspectos relacionados à organização do trabalho coletivo (escravo); e a inserção daquela unidade produtiva no contexto ambiental e regional. É importante ressaltar que tal acesso ao contexto do sítio permitirá visualizar a dinâmica do processo produtivo, sendo que não seria viável através de textos, ou parcialmente através de recursos visuais.

Deste modo, o estudo sistemático desse patrimônio, dentro de uma perspectiva museológica, que se caracterizará como ação relevante para a preservação do engenho da Vitória, motivo este pelo qual se formulou a seguinte pergunta de partida que norteou todo o desenvolvimento desta monografia: o Engenho Vitória oferece condições que possibilitem a sua musealização?

Para responder a este problema de pesquisa, formulou-se o seguinte objetivo geral: analisar as potencialidades e viabilidade de musealização do Engenho Vitória, para ser transformado em local de visitação e preservação. Como objetivos específicos a pesquisa procurou detectar as potencialidades e deficiências relacionadas à utilização do patrimônio para fins turísticos; contribuir para o conhecimento do acervo arqueológico na região; divulgar o sítio arqueológico, tendo como estratégia o processo de apropriação do patrimônio.

Para o desenvolvimento desta pesquisa realizou-se uma revisão de literatura sobre a temática dos sítios arqueológicos e musealização do patrimônio, identificando os critérios que permitem aferir se o espaço/objeto possui ou não viabilidade de ser musealizado, tais como os critérios de documentalidade, testemunhalidade, fidelidade e a relevância social. Fez parte da metodologia de trabalho desta monografia a análise de alguns atributos relacionados à estrutura e dinâmica do Engenho Vitória que estão registrados sob a forma de plantas e fotografias.

Acredita-se que uma pesquisa como esta traz novos olhares para o campo de estudo da Museologia aplicada ao evidenciar que as pesquisas sobre sítios arqueológicos não devem se limitar apenas a tratá-los como documentos históricos, mas sim passar a estudá-los sob a ótica do seu potencial informativo e comunicativo dentro da lógica de uma sociedade que cada vez mais se estrutura sobre os pilares da informação e da comunicação.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para despertar o interesse do governo e de toda a comunidade, sobretudo da cidade de Cachoeira, sobre a importância desse patrimônio cultural para o Estado da Bahia e para o Brasil. Futuras pesquisas poderão ser desenvolvidas como forma de dar continuidade a estas primeiras investigações sobre o Engenho Vitória, estimulando e promovendo maior visibilidade desse espaço, a partir da divulgação de sua relevância social e cultural.

Ao dar prosseguimento na leitura desta monografia o leitor encontrará uma pesquisa estruturada em cinco capítulos que estão distribuídos da seguinte forma: o primeiro capítulo esboça uma breve introdução sobre o tema estudado, apresentando de forma resumida informações relativas ao problema de pesquisa, aos objetivos, a metodologia utilizada e a organização dos capítulos da monografia.

O segundo capítulo traz a revisão de literatura, discutindo os conceitos de musealização, patrimônio, musealização do patrimônio arqueológico, identidade, memória e símbolos.

No terceiro capítulo, apresenta-se o contexto histórico do engenho, e a situação atual do estado de conservação do Engenho Vitória.

No quarto capítulo, apresenta-se uma análise da pesquisa de campo, registros fotográficos, coleta de dados os critérios de musealização do engenho.

Já o quinto capítulo traz as conclusões deste estudo e algumas recomendações para futuras pesquisas.

METODOLOGIA

Para realização deste trabalho adotaram-se métodos qualitativos para o estudo de caso e pesquisa documental. Segundo Gil (2011) e Marconi (2001), este tipo de pesquisa se fundamenta na idéia de que a análise de uma unidade de determinado universo que possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa. Para a execução desta pesquisa, o delineamento dos aportes teóricos metodológicos organizou-se das seguintes etapas.

1.1.1 Escolha do objeto de estudo

Antes mesmo da seleção do objeto de estudo realizou-se a observação de diversos sítios arqueológicos na região do recôncavo da Bahia, visando um maior embasamento do objeto a ser trabalhado. A primeira aproximação permitiu dimensionamento do tempo de trabalho, da diversidade do patrimônio arqueológico, bem como das condições de trabalho de forma a auxiliar na escolha do objeto de estudo e do planejamento das atividades de campo.

1.1.2 Fontes secundárias

Nesta etapa buscou-se recuperar o conhecimento científico acumulado sobre a problemática a que se propõe este trabalho, por meio de relatos de experiências apresentadas por outros pesquisadores, sobre o tema.

Constituindo-se de levantamento de dados e informações em literatura especializada, através de compilação, que serviram de base à investigação que estará sendo estudado e na delimitação de métodos e instrumentos para análise.

As fontes secundárias possibilitam buscar dados relevantes que atendam necessidades múltiplas e que podem ser trabalhadas, para que se indiquem percursos a desenvolver dentro daquilo que se pretende investigar.

Essa etapa foi desenvolvida a partir de fichamentos e análise crítica da documentação e escrita secundária realizada, a partir de pesquisa bibliográfica e

documental. Para tanto se recorreu aos acervos de bibliotecas universitárias, tais como: Centro de Artes, Humanidades e Letras/ UFRB; biblioteca de São Lázaro/ UFBA. Além disso, recorre-se ainda aos órgãos municipais, estaduais e federais de Salvador e Cachoeira, a exemplo da Biblioteca Pública Municipal; Arquivo Histórico; Instituto Geográfico da Bahia, IPAC (Biblioteca Manuel Quirino) e Biblioteca da 7ª SR/ IPHAN. Essa primeira fase da pesquisa possibilitou um maior entendimento do tema, bem como conhecer os teóricos que trabalhavam com essa vertente.

1.1.3 Fontes primárias

Para a recolha dos dados primários foi utilizada uma combinação de registro fotográfico, levantamentos do patrimônio edificado do Engenho Vitória, e as informações específicas das suas estruturas arquitetônicas a partir da observação direta *in loco*.

1.1.4 Registro fotográfico

O critério de registro para o levantamento fotográfico se deu da seguinte forma: a partir da entrada do engenho foi estabelecido como critério viabilizar a captura de imagens do plano geral (fotos panorâmicas) ao plano específico (detalhes). As fotos foram feitas em vários ângulos, além disso, realizou-se um levantamento de fotografias antigas do engenho.

Para o registro fotográfico, foram utilizadas as máquinas de referência. As fotos foram tiradas a partir do plano geral ao plano específico, assim documentou-se: a paisagem, as estruturas arquitetônicas e a área do entorno do Engenho Vitória. As fotografias foram realizadas em ângulo de 90º sem uso de tripé e sem o controle de iluminação, escolhendo horários em que a iluminação natural não causasse sombreamento para que não se prejudicasse a qualidade da fotografia.

Levantamento do patrimônio edificado

O levantamento das características gerais do Engenho Vitória e das informações específicas de suas estruturas arquitetônicas, bem como a coleta de dados foram feitos através de caderno de campo.

1.1.5 Análise da estrutura arquitetônica

A análise da estrutura arquitetônica se baseou no reconhecimento superficial não destrutivo, sem intervenção prospectiva. Optou-se por examinar e registrar os materiais remanescentes da atividade humana passada sem escavação, através da observação superficial do solo e da estrutura da edificação do engenho.

Interpretação dos dados e elaboração da monografia

Os dados obtidos através dos textos, fotografias e levantamento dos dados em campo foram analisados, interpretados e integrados para comporem o texto deste trabalho.

2 MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Neste capítulo buscou-se fazer um apanhado no que se refere às áreas em questão, de forma a explicar os primeiros passos desta pesquisa, enfatizando a musealização não só dá ruína, mas do entorno paisagístico e do sítio arqueológico Engenho Vitória. Nesse sentido, entende-se ser prudente definir os princípios que norteiam esta prática, e apontar em que medida esta proposta fará interface com as práticas e procedimentos museológicos. No entanto, neste trabalho, escolheu-se focar na musealização do Engenho da Vitória, como etapa primordial desta cadeia operatória. A fim de compreender a musealização como um instrumento de divulgação para o presente estudo de caso no Engenho Vitória, utilizou-se como subsídio a literatura produzida por autores que trabalham com o patrimônio cultural, sítios arqueológicos e a musealização.

Tanto a Arqueologia como a Museologia trabalham com a cultura material, que conglera o objeto/artefatos. O objeto de estudo o qual a Museologia se dedica, é o fato museológico, entendido por Guarnieri (1984, p.60) como “[...] a relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho como elemento da realidade, à qual o homem também pertence a essa realidade”. Uma realidade da qual o homem também atua e sobre o qual ele tem o poder de agir, de cumprir sua ação modificadora. As concepções sistematizadas por Guarnieri (1984), no que refere a relação entre o homem e o patrimônio no cenário implicam em ações voltadas para a preservação da herança cultural. Isso pode ser observado na Carta de Nova Delhi e de acordo com o Dicionário de Direitos Humanos.

O patrimônio arqueológico, segundo Mendonça de Souza e Souza (1983, p. 5) é: caracterizado como o conjunto de locais em que habitaram as populações pré-históricas, bem como toda e qualquer evidência das atividades culturais destes grupos pretéritos e inclusive seus restos biológicos. O patrimônio arqueológico é assim integrado não só por bens materiais (artefatos de pedra, osso, cerâmica, restos de habitação, vestígios de sepultamentos funerários), mas também e principalmente pelas informações deles dedutíveis a partir, por exemplo da sua própria disposição locacional, das formas adotadas para ocupação do espaço e dos contextos ecológicos selecionados para tal (BASTOS, 2006, p.1).

Com o intuito de entender a relação entre Museologia e Arqueologia a partir dos trabalhos desenvolvidos nessa área, vêm sendo traçados diferentes caminhos

para o conhecimento. Dessa forma, a construção de uma proposta para a interface entre essas duas áreas torna-se fundamental para o seu conhecimento. Nesse sentido, além da apresentação do referencial teórico escolhido no âmbito da Museologia e das perspectivas do campo da Arqueologia e da musealização de seu acervo arqueológico dentro e fora dos museus, segundo Maria Cristina Oliveira Bruno (2005), quando se compreende a relação que provém das perspectivas aplicadas, tendo em vista o aprimoramento dos processos de musealização do patrimônio arqueológico, o transforma em herança patrimonial. Assim, como bem afirma Maria Célia Teixeira Moura Santos, (2002, p.164):

As formas de musealização serão sempre renovadas, enriquecidas, desde que tenhamos iniciativas e a determinação necessária à abertura de novos caminhos. Com certeza, os problemas nunca serão resolvidos de forma definitiva. O que temos realizado é resultado de um processo prolongado de aprendizagem que nos tem feito crescer, nos aspectos pessoais e profissionais e que nos conduz juntos com o outro, construir novos questionamentos e buscar novos caminhos.

Outra concepção do que seria a musealização é apresentada por Marília Xavier Cury (2005, p. 26), ao definí-la como “[...] uma série de ações sobre os objetos, quais sejam: aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação”. Segundo Bruno (2005, p. 236), quando se refere ao processo de musealização do patrimônio arqueológico, o qual contribui para o exercício da cidadania e do pertencimento em relação a este patrimônio, a musealização em outras palavras diz respeito à preservação, conservação e documentação, direção e comunicação do sítio e sua coleção.

Para Guarnieri (1990), “podemos realizar uma musealização retirando o objeto de seu contexto, nesse caso (museu tradicional) ou pondo-o “in situ” ou em seu eco-contexto e sua ecodinamica (ecomuseu)”.

Vale ressaltar que musealização é um processo que se inicia com a seleção realizada pelo “olhar museológico” sobre as coisas materiais, ou seja, “[...] uma atitude crítica, questionadora, capaz de um distanciamento reflexivo diante do conjunto de bens culturais e naturais [...]” (CHAGAS, 1996, p. 99).

De acordo com FREIRE (1976 e 1989, apud WICHERS, 2010, p.419)

O processo de musealização é um dispositivo de caráter seletivo, subjetivo e vinculado a relações de poder. Pensar criticamente a antropofagia arqueológica e museológicas é, certamente, colaborar para a libertação do ser humano, no âmbito de uma educação popular, como o esforço de mobilização e capacitação dos sujeitos

Diante do exposto, ressalta-se que os objetivos e estratégias serão definidos a partir da nossa concepção de Museologia, sendo refletida e enriquecida com participação dos sujeitos envolvidos no processo de musealização. Considerando o que já foi mencionada anteriormente, ambas as experiências deste estudo preliminar são fundamentados na musealização do patrimônio arqueológico – sítio e coleções – é importante esclarecer o que se toma por musealização do engenho.

Segundo os arqueólogos Michael Shanks e Christopher Tilley (apud BRUNO, 2005, p. 103), musealização é a elaboração de um sistema estético para criar significados. Em outras palavras, a musealização diz respeito à preservação e comunicação.

Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que a musealização é a ação que integra a preservação do patrimônio e sua comunicação com o público. Rússio (1990, p. 8) amplia o debate, afirmando que a musealização é muito mais que transferir o objeto para o museu. Esse pensamento é reforçado por Cury (2006, p. 25), afirmando que: “[...] Musealização (e o ato de musealizar) é um processo que integra preservação e comunicação, isto porque [...], a documentalidade refere-se a ensinar algo [...]. Como testemunho, o objeto deve ser preservado: para ensinar, preservar e comunicar” com o usuário.

O objeto não fala por si só, mas acende nas pessoas as memórias que foram deixadas por certo grupo e nos quais estes objetos assumem um papel de marco visual da memória, possibilitando nesse momento reviver acontecimentos, históricos, entre outros. Ele passa a ser produto de sua interação direta ou indireta com o objeto já musealizado a fim de objetificar o processo de musealização que é essencial e, assim coletar o máximo de informação possível sobre o contexto original do objeto que estará ausente no processo de descontextualização (SCHARER, 2009, p.87-88).

O conceito de preservação de monumentos históricos teve seu início a partir do século XX, em virtude da crescente preocupação com a conservação dos

testemunhos do passado. A conferência de Atenas ocorrida em 1931 foi um importante marco, onde se estabeleceu o primeiro documento de recomendações internacionais de conservação, manutenção e utilização do bem cultural e sua proteção dos monumentos.

As práticas museológicas desenvolvidas ao longo dos anos com base nos princípios do “Movimento da Nova Museologia” têm contribuído, bastante, na produção do conhecimento em nosso campo de atuação, as mesmas visam à melhoria da qualidade de vida da população.

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o "patrimônio cultural brasileiro". Dispõe ainda que esse patrimônio é constituído pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

O conceito de patrimônio cultural e o seu derivado pressupõem duas perspectivas de entendimento. Na primeira, o patrimônio firma-se como expressão de grandiosidade e beleza, que por sua vez advém do sentido de monumentalidade e pressupõe a intocabilidade, ou seja, os grandes testemunhos da natureza que foram poupados da intervenção humana. Assim, o patrimônio guarda uma legitimidade dada pelo discurso técnico - científico. Nessa dimensão, o reconhecimento público é direto e inquestionável (SCIFONI; RIBEIRA, 2006, p. 6).

É sabido que o patrimônio cultural edificado deve ser pensado enquanto suporte da memória social de um povo, ou seja, os edifícios de áreas urbanas de valor patrimonial podem ser incorporados como um ponto de apoio da construção da memória social; como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva. Segundo Antas (2011, p. 1), “a criação arquitetônica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico” precisa ser preservado para a formação da memória coletiva das gerações futuras.

Segundo Choay (2001), o patrimônio traz um conjunto de significados que acompanham esses bens, quando inseridos numa lógica museal. Para Guarneri (1990) os objetos passíveis de musealização, enquanto elementos produzidos pelo o homem, são capazes de ser por ele percebidos ou modificados, reforçando assim a

importância de se estudar o Engenho Vitória como testemunho de um período de afirmação da cultura (Araújo, 2002; Pinheiro, 2004 e Azevedo, 2000).

Para Raposo (2003, p. 160) “(...) uma vez tomada a decisão da musealização in situ de qualquer ruína arqueológica abre-se um amplo campo de discussão quanto ao seu conteúdo completo”. Essa ideia é reafirmada por CHOAY (2006, p. 99-10):

Seria preciso elaborar um método para preparar o inventário da herança e definir as regras de gestão. Por sugestão de Mirabeau e de Talleyrand, criou-se uma comissão dita “dos Monumentos” para esse fim. Em primeiro lugar, ela deve tombar as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação. Em seguida, cada categoria é por sua vez inventariada e estabelecido o estado em que se encontra cada um dos bens que a compõem (decreto de 13 de outubro de 1790). Por fim, e sobretudo, antes de qualquer decisão sobre sua destinação futura, estes são protegidos e postos “fora de circulação” em caráter provisório, seja reunindo-os em “depósitos”, seja pela aposição de selos, especialmente no caso de edifícios.”

Entretanto, ainda que transformados em mais um produto no mercado, os bens patrimoniais são bens cujo valor simbólico tem a potencialidade de transmutar-se em elemento aglutinante, fator de coesão social – porque gerado pela vontade de memória e de legitimar um passado compartilhado – capaz de “reforçar a idéia de pertencimento ao todo coletivo e de reforçar a identidade social dos mais diferentes grupos” para promover a distinção cultural em relação àqueles que não tiveram acesso a essa memória. (VELOSO, 2007, p. 243).

Ao se tratar de um patrimônio arqueológico para fins turísticos, deve-se analisar no ato de sua criação dois termos específicos, são eles denominados de: áreas especiais e locais instituídas como bens de valor cultural e natural, protegidos por legislação específica, onde os valores históricos artísticos, arqueológico ou pré-histórico estejam presentes (Art. 1º, I da Lei 6.513/77).

Segundo Canclini (1999, p. 17),

O patrimônio é transformado em um produto diferenciado a ser consumido por meio do turismo cultural, o que, por sua vez, já levanta outra reflexão sobre as limitações econômico-sócio-culturais impostas a alguns segmentos culturais para o acesso e consumo desses bens.”

O patrimônio arqueológico sofre com o avanço da degradação por falta da atenção dos órgãos responsáveis pela sua administração e proteção. É importante

também ter em conta que o patrimônio cultural é um “campo de lutas onde distintos atores atuam”, e que são bens de alto valor simbólico (VELOSO, 2007, p. 229), sendo “fruto” de relações sociais. De certo modo, os monumentos históricos são de responsabilidade do Estado, assim cabe ao mesmo mantê-los em sua autenticidade, para serem reconhecidos enquanto tesouros vivos de uma determinada cultura.

Dessa forma, a arqueologia é uma atividade que envolve, tanto o pesquisador como o visitante, o patrimônio arqueológico exerce um grande fascínio sobre a população. O patrimônio arqueológico é um termo que valoriza o sentido da ‘memória’, da ‘herança cultural’ (Bruno, 1995; Choay, 2001; Funari, 2000^a, 2001^a, 2001b). O valor social que o patrimônio arqueológico possui, fala por si só, e em todos os momentos os indivíduos começam a se identificar com ele. Sendo assim o patrimônio arqueológico “é um conjunto de bens culturais produzidos pelos seres humanos e engloba todos os vestígios da existência humana, vinculados à noção de herança”.

Ao compreender-se o patrimônio cultural de um modo unificado, considera-se que a musealização da Arqueologia possa de uma maneira mais interdisciplinar, juntar-se a outros conhecimentos para sugerir a preservação conjunta que não segregue o patrimônio ambiental e cultural, mas entenda que aquele território e sua população precisam ser preservados conjunta e equilibradamente, sejam as áreas que já sofreram a ação humana e que, portanto, podem ser considerados bens arqueológicos, sejam as que foram escolhidas para passarem pelo mínimo possível de intervenção humana direta.

É necessário que essa problemática possa estar presente nos discurso das áreas voltadas para o estudo e tratamento do patrimônio, passando-se a percebê-lo como instrumento ideológico da construção da identidade e de fomento de ações políticas.

Deveríamos, entretanto, procurar encarar estes artefatos como socialmente construídos e contestados, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e históricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração. (Potter 25 s.d.). Uma abordagem antropológica do próprio patrimônio cultural ajuda a desmascarar a manipulação do passado (Haas 1996). A experiência brasileira, a esse respeito, é muito clara: a manipulação oficial do passado, incluindo-se o gerenciamento do patrimônio, é de forma constante, reinterpretada pelo povo.” (FUNARI, 2001^a, p. 24).

O patrimônio arqueológico sempre foi o fator mais atrativo e sedutor para o turismo, tendo atuado na conservação em conjuntos distantes das grandes concentrações humanas, que melhorou as condições de vida de sua comunidade.

De acordo com Pardi (2007), as práticas da arqueologia no Brasil até onde se pode observar, possuem afinidades que nos permitem formar três grupos:

O primeiro pode chamar de Modelo de Grande Porte, de Dedicção Exclusiva ou Modelo Niède Guidon iniciativas do Estado ou ratificadas por ele, como por exemplo, o Parque Nacional Serra da Capivara no Piauí único no Brasil. Em termos de gestão de patrimônio representa o caso máximo de sucesso, pois aumenta a qualidade de vida do cidadão, por meio dos bens arqueológicos, preservando o patrimônio. O segundo é o Modelo de Médio Porte que envolve iniciativas dos Estados e municípios ou ratificadas por eles. Abrange áreas de projeto de médio porte com dezenas de sítios em ambiente natural com nível de intervenção satisfatório. Exemplos: Palestina de Goiás, Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG), Parque de Canudos (BA), Parque Histórico Nacional de Guararapes (PE), Parque Estadual de Itaunas (ES), Sete Cidades e Serra das Confusões (PI), Monte Alegre e Andorinhas (PA), etc. Outros ainda em implantação: sítios em Seridó (PB), os parques arqueológicos estaduais do Amapá e no Parque Arqueológico do Homem do Planalto das Araucárias (RS). O terceiro é o Modelo de Pequeno Porte que envolve iniciativas dos municípios, comunidades, iniciativa privada e pessoas físicas. Abrange áreas de projeto de pequeno porte com um ou mais sítios com entorno ambiente com nível de intervenção tolerável. (PARDI, 2007, p.320).

É possível dizer que os sítios musealizados proporcionam ao observador uma descida á “realidade do passado”. Os museus e sítios devem suscitar o entendimento do visitante aos discursos interpretativos do passado, fazendo, sobretudo o apelo á razão.

Existem no Brasil, vários sítios arqueológicos urbanos edificados, sejam eles pré-coloniais ou históricos já musealizados, a exemplo de Castelo Garcia D’Avila – BA; Missões jesuíticas – RS, Fortalezas de Santa Catarina-SC, os Sete Povos das Missões do Sul (São Borja, São Nicolau, São Luís Gonzaga, São Miguel, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo) e do Nordeste (Vila Flor) como o de Amaro Leite, 32 Pirenópolis, Olinda, Tiradentes, Ouro Preto, Mariana e tantos outros nomes ainda conhecidos apenas como patrimônio histórico e arquitetônico.

Dentre outros aspectos referidos acima, a musealização de determinados sítios arqueológicos dá a esse patrimônio o caráter de museu, sendo ele responsável pela abertura de novas possibilidades de apreciações culturais, de interpretações e recriações da cultura colonial para a sociedade, bem como

possibilita uma maior dimensão temporal sobre a própria existência humana. Para Gonçalves “(...) uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio” (Gonçalves, 2002).

Segundo Bruno (1999, p. 6), a musealização de edificações históricas pode desempenhar um papel importante e relevante para a preservação da memória coletiva, produzindo dessa forma outro significado aos sítios arqueológicos.

Vale ressaltar, que alguns engenhos já passaram pelo processo de musealização e estão desempenhando resultado satisfatório, no que se referi á visitação, tendo como exemplos: o Museu Wanderlei Pinho em Candeias - BA, e o engenho e museu Negro Liberto em Redenção - CE, que funciona como fábrica de cachaça e mantém o museu em atividade.

A musealização do Engenho Vitória pode trazer para a comunidade que vive em seu entorno, benefícios tanto econômico e social, como também o sentimento de apropriação deste patrimônio entendendo-o como parte de sua cultura e identidade.

O engenho Vitória foi um monumento edificado do final do século XVIII e início do XIX, sendo assim ele pode ser também considerado um patrimônio industrial, pelo fato de se tratar de uma propriedade comercial “fábrica de açúcar e aguardente”. Segundo a Carta de Nizhny Tagil (2003), foram muitas as estruturas arquitetura deixada pelo homem, com origem do período industrial. No caso do Engenho Vitória, os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico compreendem o patrimônio industrial. Para tanto, estes vestígios envolvem não apenas as edificações do Engenho como também seus maquinários, as oficinas, fabricas, habitações, locais de culto ou de educação.

Os edifícios e as estruturas construídas para as actividades industriais, os processos e os utensílios utilizados, as localidades e as paisagens nas quais se localizavam, assim como todas as outras manifestações, tangíveis e intangíveis, são de uma importância fundamental. Todos eles devem ser estudados, a sua história deve ser ensinada, a sua finalidade e o seu significado devem ser explorados e clarificados a fim de serem dados a conhecer ao grande público. Para, além disso, ser inventariados, protegidos e conservados, Carta de Nizhny tagil (2003, p. 02).

Nesse sentido, e no que se referir à preservação do patrimônio, a musealização do Engenho Vitória, pode ser constituída a partir de um programa onde os processos museológicos serão constituídos no entorno do engenho e na

sua estrutura principal, contemplando dessa forma a casa-grande e as edificações da fábrica. Como processo, a idéia não se configura imediatamente, mas esboça-se a partir do há sem deixar de prever as suas ramificações do futuro.

3 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENGENHO VITÓRIA

No Brasil, o comércio de escravos teve início com o cultivo da cana-de-açúcar na primeira metade do século XVI, com o objetivo de alargar a produção nas fábricas. Os portugueses traziam os negros de suas colônias africanas, para utilizar como mão-de-obra escrava nos engenhos de açúcar no Nordeste e principalmente no recôncavo baiano.

A história do Brasil nos primeiros séculos se confunde com a história do açúcar. O primeiro engenho construído no país ocorreu devido às ordens de Martim Afonso de Sousa (1533) na capitania de São Vicente, chamando-se engenho São Jorge. Foi no engenho São Vicente que se constituiu a sociedade patriarcal açucareira no Brasil, nessa fábrica foram surgindo as colônias para atender o chamado mercado europeu (GAMA, 1983).

Entre os séculos XVI e XIX, os conjuntos de engenhos foram construídos ao longo de quase todo o litoral brasileiro, com maior concentração nas áreas que correspondem hoje aos estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Entre o final do século XIX e meados do século XX os engenhos eram a principal indústria sucro-alcooleira, produto base da economia do Brasil e, em especial, dos estados de Pernambuco, Piauí, Paraíba, Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe, Ceará e São Paulo. Com a evolução da agroindústria e o aparecimento das usinas de açúcar e de álcool, os engenhos obsoletos foram sendo desativados gradativamente.



Figura 1. “Engenho” um dos modelos de engenho de açúcar movido por atração humana. Pintura de Frans Post

Os engenhos eram locais destinados à fabricação de farinha de mandioca; fubá de milho; açúcar e aguardente produzidos nas fazendas do recôncavo baiano. Todo o conjunto, chamado engenho-banguê, passou com o tempo a ser assim

denominado, incluindo as plantações, a casa-de-engenho ou moita (a fábrica), a moenda, a casa das caldeiras e a casa de purgar, a casa-grande (casa do proprietário), a senzala (lugar onde ficavam os escravos) e tudo que pertencia à propriedade.

A fabricação do açúcar nos engenhos foi associada no Brasil e nas Américas à escravidão, ao contrário do que ocorria na Europa, já que lá a fabricação do açúcar estava apoiada no trabalho livre, familiar e artesanal.

Partindo desse contexto, Freyre (1993), em sua obra clássica Casa-Grande e Senzala aborda a formação e o desenvolvimento econômico-social do Nordeste durante a era colonial em meados do século XVI. Casa Grande e Senzala retrata a vida no litoral fértil da região nordestina, focado na questão do negro, trabalhador do eito das plantações, dos engenhos e principalmente das fábricas, que com seu suor e sangue construiu os alicerces das casas grandes.

Freyre apresenta a estrutura e elementos arquitetônicos da Casa-Grande existentes nos engenhos do nordeste, “essa arquitetura expressa o modo de organização social e política que se estabeleceu no Brasil colônia” (FREYRE, 1993, p. 357).

Para Ott (1996, p.60) o povoamento do Recôncavo pelos Engenhos a freguesia da Cachoeira é mais nova do que a de Santiago do Iguape e foi desmembrada desta na segunda metade do séc. XVII.

Segundo o autor Ott, os mais imponentes povoadores tanto do Iguape como de Cachoeira foram: os primeiros povoadores do Vale do Iguape foi Antônio Peneda; outro foi Antônio Dias Adorno que primeiro se estabeleceu rio Sergi para cima, mas mudou-se para o Vale do Iguape e ia ser o ancestral de um clã ilustre, o dos Adornos que iriam ter papel importante na Zona de Cachoeira durante séculos. O terceiro povoador importante foi Antonio Lopes Ulhoa que, já, em 1587, possuía um engenho no Vale do Iguape. Outro era Antonio Rodrigues com “fazendas e canaviais”. João de Brito de Almeida, em 1587, já possuía aí “um engenho de pedra e cal e uma capela dedicada a São João”. Carlos Ott (1996, p.53).

Nesse período o açúcar não representava a principal fonte de renda agrícola, havia o fumo e a carne seca. Ainda nesse texto Ott ressalta a importância do recôncavo na preservação da cultura local e descreve a beleza arquitetônica das casas com seu elegante estilo neoclássico.

As rebeliões escravas que ocorreram na Bahia na primeira metade do século XIX podem ser explicadas por vários fatores, a exemplo da expansão da economia a

partir do final do século XVIII, que fez aumentar o número de engenhos, sobretudo no Recôncavo, a produção de açúcar para a exportação e a importação de escravos da África. Esses mesmos fatores contribuíram também para o desenvolvimento da cultura do fumo, em Cachoeira, principalmente, fumo que era trocado na África por escravos (REIS, 1992).

De acordo com Reis (1992), o Engenho Vitória, foi palco de grandes rebeliões de que ocorreu em quase todo o Recôncavo. O sobrado nasce das próprias águas do rio e se estende até a encosta íngreme do vale estreito, este se localiza na comunidade do tabuleiro da vitória (ou vitória do Paraguaçu), à margem esquerda do Rio Paraguaçu que fica aproximadamente 8,5km a jusante da cidade de Cachoeira. Por terra o seu acesso pode ser feito através do prolongamento da estrada do Tororó, bairro que liga o engenho Vitória à zona urbana de Cachoeira (Ipac, 1979), Instituto do Patrimônio e Histórico e Cultural.

O Engenho Vitória surge no contexto histórico e sócio-econômico em meados do século XIX. Foi construído em um período de retorno da economia açucareira, entre 1812 e 1820, pelo Com.OR Pedro Rodrigues Bandeira, senhor de engenho na região e um dos introdutores da navegação a vapor na Bahia (Ipac, 1979).

Em 1836 foi acrescentado um novo andar ao sobrado, e seu pavimento nobre é alongado. Com a morte do então proprietário, Francisco Muniz Barreto de Aragão o engenho é abandonado.

Entre 1910 tem-se uma tentativa de recuperação do engenho pela família Aragão, com a substituição da roda d' água pelo maquinário a vapor, aderindo-se também ao cultivo de bambu para a produção de papel. Já em 1915 com essas melhorias o engenho se torna uma usina especializada no fabrico de aguardente (Ipac, 1979).



O Engenho Vitória foi o último engenho a ser desativado no Recôncavo, antes de parar de funcionar no início do século XX, entre 1936-50 foi arrendado para o pecuarista Robustiano, para exploração da produção de cachaça e a olaria.

Em 1954 o engenho é arrendado pelo I. A. A, (Instituto do açúcar e do álcool). No ano de 1969 o então engenho é oferecido ao Governo do Estado que não demonstra interesse pela área. Quatro anos depois, em 1973 o Engenho Vitória é entregue a Marinha, em comodato, sendo até hoje a proprietária do engenho.

O terreno da Fazenda Vitória é constituído de duas naturezas: Marinha que abrange uma faixa de terra com 33 metros de larguras e Alodial¹, tendo formato poligonal irregular e área igual a 1375 ha., se confrontado ao Norte com a Fazenda Tororó; a Leste com as Fazendas Calolé, Imbiara e Guaíba e os sítios de Israel Costa de Almeida, Vitoriano Moreira e Antonio Félix; a Oeste com o rio Paraguassu, ao Sul com o Engenho do Buraco e a Fazenda Soares, como afirma o documento do Poder Judiciário de Cachoeira em 1992, (Ipac, 1979).

Vale ressaltar que foram poucos os documentos históricos encontrados que trazem informações sobre a vida cotidiana no engenho, esse aspecto se configurou como fator limitante a uma abordagem mais ampla do contexto histórico do Engenho Vitória.

¹ Terreno alodial é o terreno de formação antiga e vizinho ao terreno de marinha. O terreno alodial é sempre de propriedade privada; o terreno de marinha pertence ao Estado e está sujeito ao aforamento para o uso particular (www.irib.org.br/html/boletim/boletim-iframe.php?be=3625).

4 ENGENHO VITÓRIA: SÍTIO ARQUEOLÓGICO E SALVAGUARDA DA MEMÓRIA COLETIVA

Nenhum documento sobre as atividades do século XIX é mais valioso do que os vestígios deixados pelas lavouras de café e cana e pelos os engenhos de açúcar e aguardentes. (FRANÇA, 1954).

A salvaguarda dos sítios arqueológicos e os conjuntos urbanos que formam o patrimônio cultural brasileiro se apresentam em toda a sua complexidade: as áreas que envolvem o monumento arquitetônico, a manifestação imaterial, o bem móvel, os produtos da cultura popular, os espaços públicos e privados, o urbano e rural, o próprio traçado do sítio e as características arquitetônicas existente, as suas estruturas sociais como um todo e não parcialmente. O contato com esse tipo de suporte da memória poderá servir de apoio na construção da memória tanto coletiva como social.

O patrimônio cultural edificado pode ser pensado enquanto suporte da memória coletiva, ou seja, os edifícios e áreas urbanas e rurais de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória; como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio-cultural.

Para tanto é preciso discutir a relação da memória social com a construção das perspectivas futuras e o papel do patrimônio cultural edificado, do patrimônio arqueológico, dos conjuntos arquitetônicos urbanísticos, que são de grande relevância no processo de construção dessa memória coletiva para uma formação sócio-cultural.

Neste sentido, vale lembrar que estes patrimônios são apenas parte da identidade nacional e coletiva, que, com a preservação desses espaços favorece na construção de identidades regionais e locais; identidades étnicas e religiosas e também, porque não, possibilitando na formação de uma de valorização e de pertencimento desse patrimônio.

A preservação de determinados sítios e seus objetos arqueológicos e históricos bem como o estudo detalhado deles, nos leva a rever a noção de patrimônio e sua salvaguarda. Como escreve Arantes (1984) "a preservação deve

ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e em termos atuais".

O Engenho Vitória, edificado, em 1812, onde seu sobrado nasce das próprias águas do rio e se estende até a encosta íngreme do vale estreito, se localiza na comunidade do tabuleiro da vitória (ou vitória do Paraguaçu), à margem esquerda do Rio Paraguaçu, fica a 8,5km abaixo da cidade de Cachoeira por terra. Onde seu acesso pode ser feito através do prolongamento da estrada do Tororó, bairro que liga o engenho à zona urbana de Cachoeira, Ipac de (1979). Essas informações podem ser conferidas a partir da (figura 3).

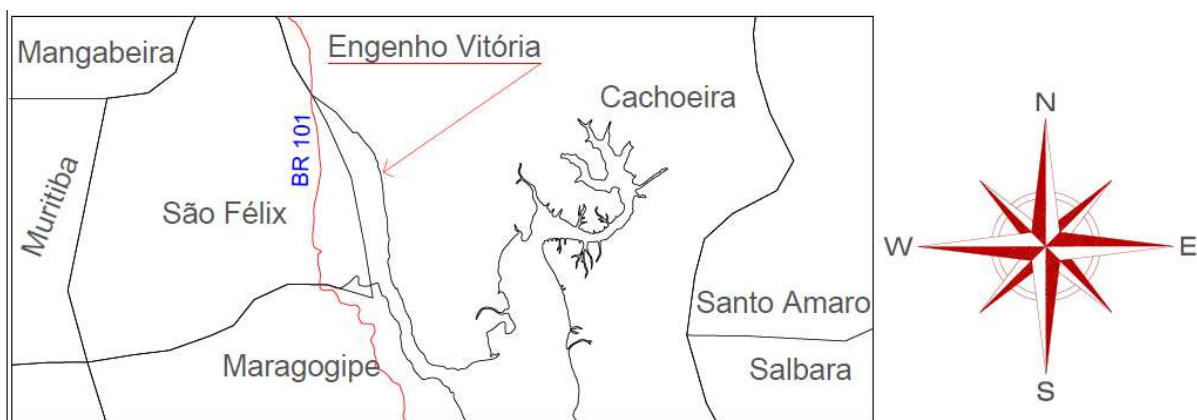


Figura 3. Mapa de localização do engenho no município de Cachoeira

A importância museológica das ruínas do Engenho Vitória se dá pelo seu valor histórico, arquitetônico, paisagístico, tradições sócio-culturais e acima de tudo por constituir a memória e identidade de uma região. Nesse sentido torna-se premente a musealização deste espaço, necessária para recuperar e preservar a memória da comunidade cachoeirana que se encontra em constante transformação.

Seja pelas alterações sociais, notadamente pela atração de novos residentes, ou seja como forma de resguardar o passado do Recôncavo baiano, os engenhos, as capelas rurais, o sistema escravocrata e tudo aquilo que o açúcar significou para o Recôncavo até hoje, interessa preservar para que possa ser usufruto das gerações futuras, (figuras 4, 5 e 6).



Figura 4. Vista do Rio Paraguaçu, beleza paisagística do recôncavo.
Fonte: Renata Ramos 2011

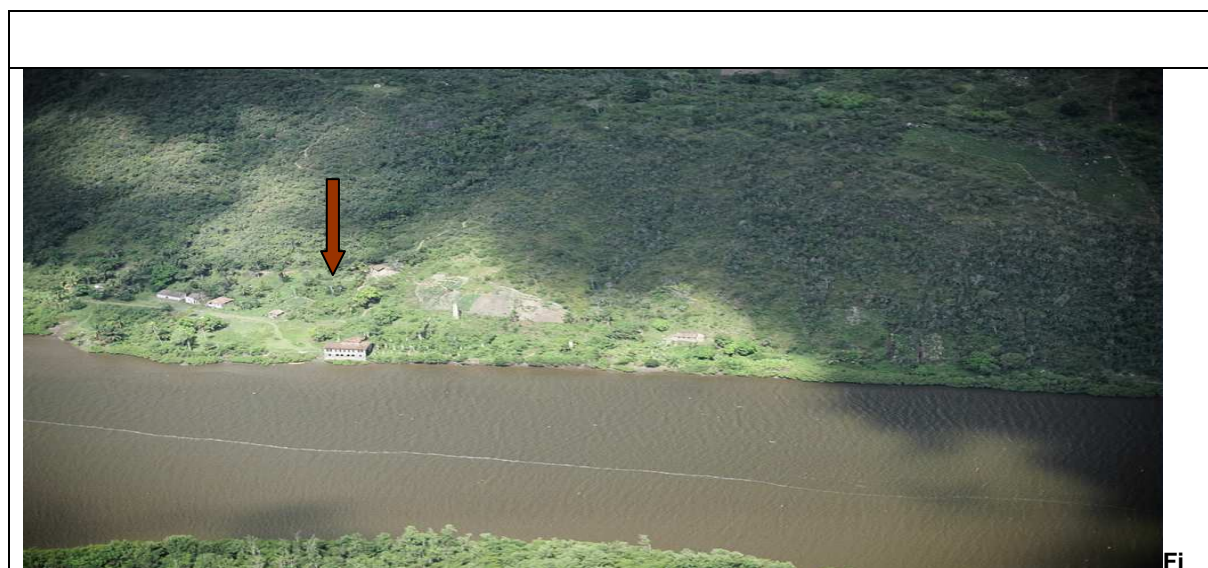


Figura 5. Vista de cima, mostrando o rio e a casa - grande do engenho cercado por uma bela paisagem natural.
Fonte: Arquivo Monumento

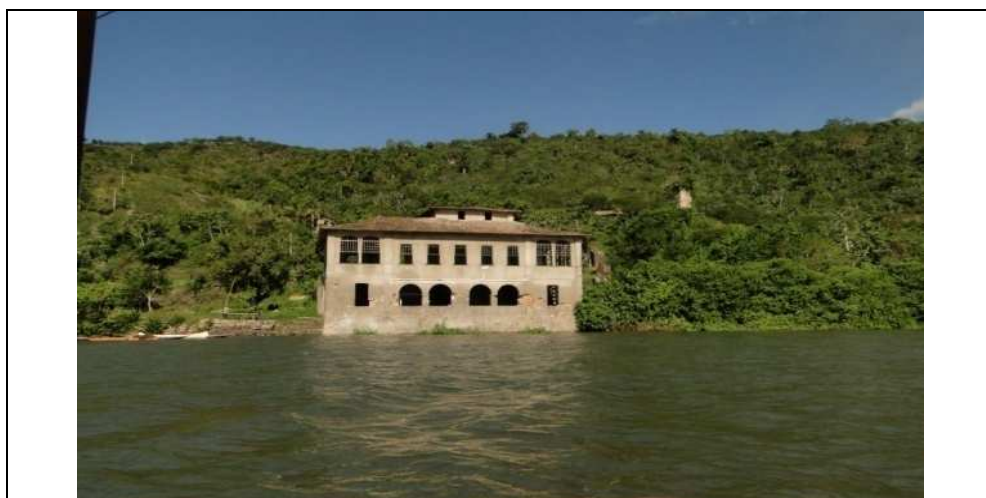


Figura 6. O casarão de frente para o Rio Paraguaçu
Fonte: Renata Ramos 2011

O edifício mostrado na (figura 6) apresenta fachada típica das construções rurais do século XIX. A arquitetura dos Engenhos do Recôncavo é de grande valor arquitetônico e em especial o Engenho da Vitória devido ao seu estilo, especial a arquitetura do açúcar. O edifício apresenta a mais importante característica da residência que é as galerias laterais envidraçadas. Seu projeto arquitetônico original sofreu muitas alterações durante seu funcionamento, até chegar a estrutura de formato em “T”, em três níveis, recoberto por telhado de muitas águas ao final do séc. XIX, conforme pode ser observado nas plantas em apêndice.

A edificação do engenho se delimita com a paisagem, de acordo com o seu porte. Além da casa-grande, capela, casas de engenho e de purgar, alambique, casa do bagaço, estribaria, casa do feitor, senzalas, tenda do ferreiro e enfermaria, havia também no armazém a olaria, serraria estaleiro e curral e uma infra-estrutura construída para o caís, estradas, barragem canal de que leva a água até o aqueduto.

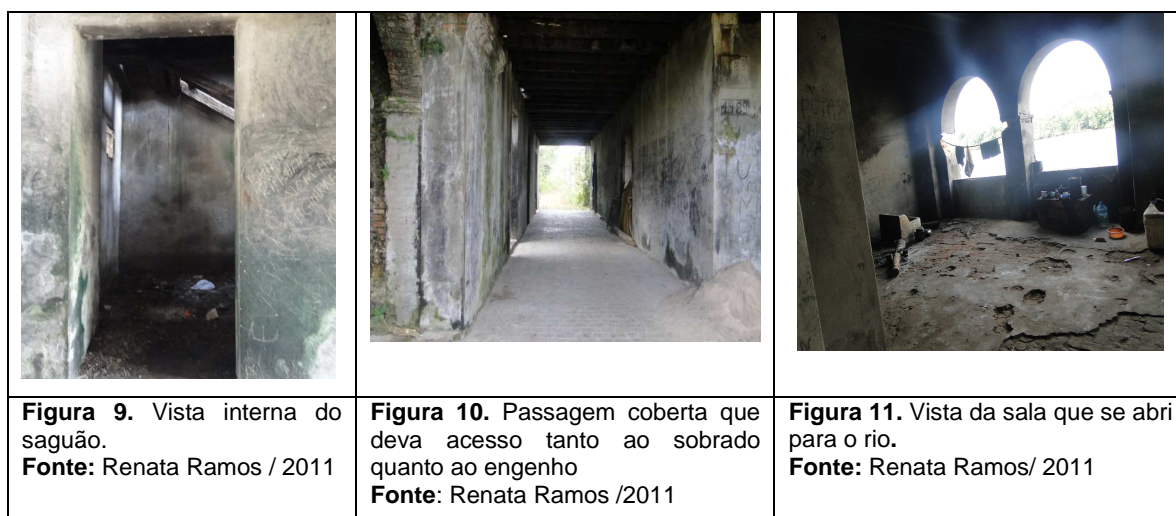
Segundo o Inventário de Proteção do Acervo cultural IPAC (1979), o Sobrado residencial é composto por amplas salas de visitas e de jantar, oito quartos, instalações, cozinha, copa, dependências de empregadas e casas para os trabalhadores da fazenda, todas bastante estragadas pelo uso e pela ação do tempo. Uma pequena olaria, um galpão utilizado como garagem para barcos e outros vários galpões nos quais estão as máquinas de usina de açúcar e destilaria, oficina e almoxarifado.

A fábrica foi implantada no bordo de um cais, onde se embarcava toda a produção de açúcar e aguardente. Essa fábrica propriamente dita é um galpão aberto de planta retangular com três naves, sendo a central mais larga que as demais. Hoje esse espaço encontra-se em ruínas, existindo apenas as colunas de sustentação do telhado da fábrica.

Os sistemas construtivos dos dois edifícios principais: casa grande e fabrica do Engenho Vitória é tradicional, seu estilo sofreu influência européia da fusão portuguesa e espanhola, adaptando-se a geografia, paisagem natural, aos materiais disponíveis e ao clima local, como a alvenaria estrutural tanto em tijolo maciço como as pedras de calcárias, com superfícies argamassadas em cal, saibro e areia. As cobertas são de telha cerâmica tipo canal e madeiramento em caibros roliços e ripas. (figuras 7 e 8)



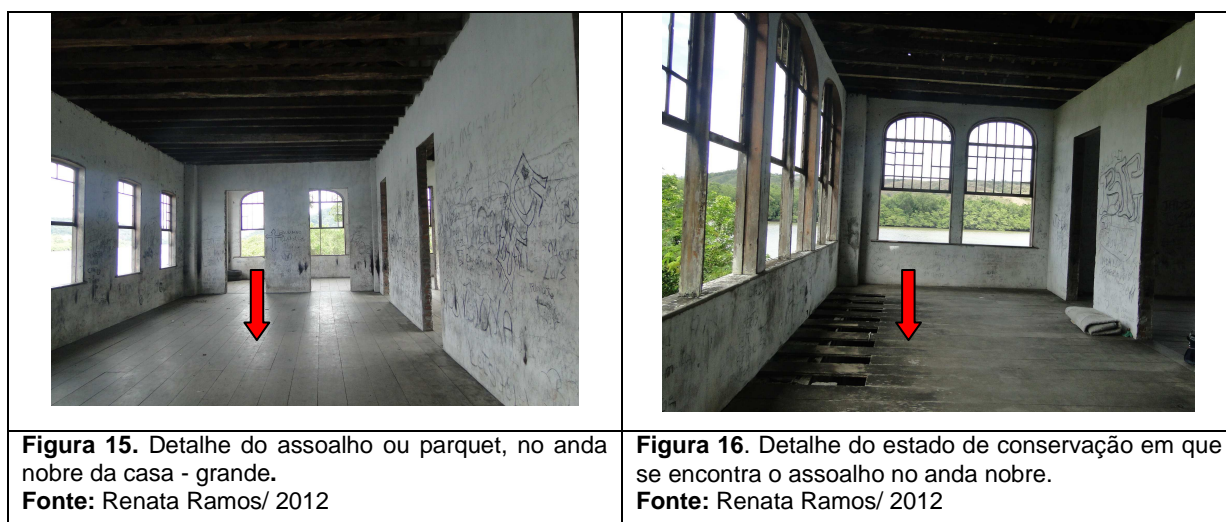
O sobrado, na planta originalmente, se ligava á fabrica, tinha uma passagem coberta que deva acesso tanto ao sobrado quanto ao engenho, dividindo o térreo em duas partes (figuras 9 , 10 e 10). De um lado “loggia” e duas salas se abrindo para o rio. Do outro lado, saguão em mármore, capela abóbada, depósitos e quartos dos criados, Ipac de (1979).



O edifício de estrutura autônoma é construído por pilares de tijolos que sustentam as tesouras do telhado (figura 12). Algumas das paredes de vedação estão presentes em sua estrutura e são construídas do mesmo material. A edificação do engenho se destaca, por apresentar características peculiares, ele é construído em alvenaria mista (pedra e tijolo) nas paredes da fábrica e no térreo e de tijolo nos dois últimos pavimentos, inclusive divisórias internas (figuras 13 e 14).



O 1º andar é totalmente assoalhado e parcialmente forrado, onde foi acrescentado o piso do 2º andar todo de “parquet (figuras 15 e 16). O sótão foi ampliado e transformado em apartamento neste século (XIX), com circulação lateral dando acesso aos quartos, tipo “suíte”. No pavimento nobre encontram-se os quartos e o salão de visita, que se projetam sobre o rio, sendo flanqueado por duas galerias de arcos.



Nas figuras acima, podemos ainda observar que nas janelas do corpo central em vergas abauladas, a essa composição foram adicionados elementos usados nas moradias espanholas como as grandes aberturas envidraçadas, garantindo intensa luminosidade no interior da área nobre da residência; na parte inferior da fachada aparecem dois pares de abertura em arco pleno.

Do conjunto arquitetônico do Engenho Vitória restam apenas: sobrado (figura 17/18), estrutura onde provavelmente se localizava a roda d' água (figuras 19/20), colunas de sustentação do telhado da antiga fábrica em ruínas (figuras 21/6), canal de adução de água e aqueduto, e a chaminé que era utilizada pela fábrica (figuras 27/8).

	
<p>Figura 21. Casa grande vista do fundo Fonte; Renata Ramos/2011.</p>	<p>Figura 22. Casa grande vista do fundo, entre as estruturas da fabrica. Fonte; Renata Ramos/2011.</p>

Abaixo estão apresentadas as estruturas onde provavelmente se localizava a roda d'água, toda em alvenaria com tijolos e pedra, construída em períodos diferentes, apresentando estado de degradação acelerado com árvore de grande pote entre a estrutura (figura 23) e colunas de sustentações do telhado da antiga fábrica, onde se encontra em ruínas e com estado de deterioração bastante avançado por causado do abandono, e intemperismo (figura 24).

	
<p>Figura 23. Estrutura da roda d'água. Fonte: Renata Ramos/2011</p>	<p>Figura 24. Colunas de sustentações do telhado da antiga fábrica. Fonte: Renata Ramos/2011.</p>

A estrutura do aqueduto que recebia água vinha do canal de adução e da barragem, responsável pelo abastecimento da fábrica e da casa. A Chaminé era utilizada pela fábrica de açúcar, para a liberação da fumaça, esta apresenta um estado de arruinamento avançado.



Figura 25. Estrutura atual do aqueduto
Fonte: Renata Ramos 2012



Figura 26. Chaminé utilizada pela fábrica de açúcar.
Fonte: Renata Ramos 2012

O piso da capela mostra peças de mármore axadrezado, com peças brancas e cinzas (fig. 27). Tipologia muito usada no século XIX, comum em igreja desse período, como mostra (figura. 28) piso em ladrilho hidráulico, provavelmente é um acréscimo de intervenções mais recentes, pois no século XIX eram mais usadas lajotas retangulares de barro cozido para revestir o piso das áreas menos privilegiadas nas residências.

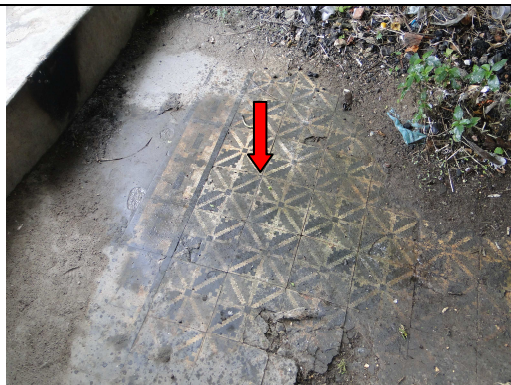


Figura 27. Vestígio do Piso da capela.
Fonte: Renata Ramos/2011



Figura 28. Piso do hal de entrada da parte nobre da casa - grande.
Fonte: Renata Ramos/2011

No Engenho Vitória apresenta-se uma fonte revestida de azulejos portugueses, de valor arqueológico e histórico. Observou-se que esses objetos já foram restaurados, os azulejos da parte externa apresentada na (figura 29 e 30) são compostos por tema fitos e antropomorfos; as figuras decorativas das barras internas e externas da fonte, em volutas. Na (figura 31) as peças apresentam temas florais autônomos, as quais depois de assentadas formam uma estrutura floral monocromática por meio das terminações nas extremidades de cada uma delas. Há uma barra mais larga entre as duas faixas que servem de acabamento na parte interna da fonte. O piso da fonte também apresenta cobertura em quadrados de mármore cinza, provavelmente da mesma procedência do piso da entrada principal.

		
<p>Figura 29. Estrutura da fonte. Construída em alvenaria de tijolos e revestida em azulejos. Fonte: Renata Ramos / 2012</p>	<p>Figura 30. Azulejo com tema e motivo fitos e antropomorfos, na cor azul e branca. Fonte: Renata Ramos / 2012</p>	<p>Figura 31. Azulejos internos, com tema, volutas e folhas de acanto, na cor azul e branca. Fonte: Fátima Pombo / 2012</p>

A estrutura do casarão e da fábrica, ainda erguida, apresenta um estado avançado de arruinamento, como mostra a (figuras 32, 33, 34, 35, 36). Na parte do 2º pavimento existem apenas algumas estruturas, e na metade da parede existente no térreo observou-se um estado de degradação avançada.



Figura 327. Vista do estado atual do assoalho e telhado da casa sede.
Fonte: Renata Ramos / 2012



Figura 33. Vista superior do antigo depósito
Fonte: Renata Ramos / 2012



Figura 34. Vista da parede externa dos quartos do pavimento do 1º andar.
Fonte: Renata Ramos / 2012

O conjunto arquitetônico do Sobrado, da Fábrica e da Capela se encontra tomado pela vegetação existente no seu entorno, em decorrência dos agentes biológicos, físico e antropícos, revelando a falta de manutenção do espaço.



Figura 35. Colunas da antiga fábrica tomada pela vegetação.
Fonte: Renata Ramos



Figura 36. Estrutura da lateral da capela tomada pela vegetação.
Fonte: Renata Ramos



Figura 37. Paredes do andar nobre pichada por vândalos.

Fonte: Renata Ramos

Figura 38. Paredes pichadas, resultado da falta de segurança para o patrimônio.

Fonte: Renata Ramos

Entre os séculos XVII e XVIII, as capelas eram construídas conjugadas a casa-grande, que para o período eram presença obrigatória na paisagem dos engenhos, já no século XIX elas desapareceram. Segundo Azevedo (2009), em seu livro *Engenhos do Recôncavo Baiano* os engenhos que foram construídos ou reformados nesse período, cerca de 60%, não possuíam capela e, quando está existia era geralmente na forma de oratório no interior da casa - grande.

Para a referida autora poucas são as notícias de construção de novas capelas no Recôncavo no decorrer do século XIX. Isso é confirmado a partir da sua iconografia e pelos vestígios arquitetônicos encontrados. Só no final do século ocorreu o período de recuperação das empresas açucareira, onde algumas capelas foram recuperadas.

Na capela do Engenho Vitória nota-se a influência renascentista no teto abobadado, apresentando uma semelhança com a nave da capela mor do mosteiro de São Bento em Salvador. O fundo da abside está representado em forma circular, lembrando a cúpula do mesmo mosteiro.

Abaixo se apresenta a vista interna da cúpula e abóbada da capela, em seu perfeito estado de conservação (figura 39) e ao lado apresenta-se a estrutura da capela com a vista interna da cúpula e abóbada em seu estado atual, apresentando apenas as estrutura de sustentações em estado bastante de avançado de degradação (figura 40). Esse era um local onde o Senhor de engenho se reunia para fazer suas orações.



Figura 39. Vista interna da cúpula e abóbada, da capela, em seu perfeito estado de conservação.



Figura 40. Estrutura da capela - vista interna da cúpula e abóbada em seu estado atual.

Fonte: Arquivo Centra do IPHAN - Seção Rio de Janeiro/ sem data **Fonte:** Renata Ramos/2011

São poucas as notícias no que tange à construção de novas capelas no Recôncavo durante o século XIX, esse fato pode ser confirmado a partir da iconografia e principalmente pelos vestígios arquitetônicos encontrados nas regiões. Entre as capelas construídas no século, em engenhos de séculos anteriores estão: os engenhos Quicengo, em São Francisco do Conde; Água Boa, em Terra Nova; Nossa Senhora da Batalha, do Engenho da Ponta; Vitória, em Cachoeira e Pouco Ponto, em São Sebastião do Passé.

No fundo do sobrado encontra-se uma gruta com imagens de duas santas em gesso. Essa gruta é utilizada pela comunidade que morra no entorno do engenho para as celebrações que acontecem no mês de dezembro, essa comunidade é formada por aproximadamente 12 famílias. Observou-se que a gruta apresenta uma construção mais atual, feita com paralelepípedos de granito, areia e cimento, provavelmente do século XX (figura 41).



Figura 41. Gruta com duas de santas em gesso.
Fonte: Renata Ramos / 2012

O Brasão que representa a Família Aragão se encontra na portada de acesso ao salão nobre da casa-grande. Este se apresenta com escudo de ponta redonda, cinco estrelas com cinco pontas, cruz da Ordem de Cristo, leão, enxadrezado e ao meio um escudete. Na porção superior, o escudo é encimado com um elmo com leão.



Figura 42. Brasão da família Aragão
Fonte: Renata Ramos / 2012

O sítio arqueológico Engenho da Vitória é visitado por turista de vários lugares, eles vêm com um único objetivo: conhecer os vestígios arqueológicos e arquitetônicos deixados pelos seus ancestrais.

Diante do exposto, destaca-se a importância do turismo arqueológico para a valorização desse patrimônio. Segundo Meneses (2004), em seu livro História e turismo Cultural sobre os instrumentos de inclusão social, utilizando as formas de interpretação patrimonial para o uso turístico, o turismo cultural vem ressaltar as características mais importantes daquela cultura local, ilustrando a sua história, como as paisagens naturais, arquitetônicas e principalmente sobre suas tradições locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade da musealização do Engenho Vitória na contemporaneidade busca suscitar a preocupação com a preservação do mesmo pelo homem, num processo de reflexão, tanto no momento de seleção como no de valorização, para

depois retornar a ele como documento, destacando-se, assim, a importância de que os processos de musealização desempenham nessa valorização.

A identificação e a compreensão do pensamento e das práticas museológicas, submetida à problemática preservacionista e arqueológica que envolva o patrimônio, corroboram na indicação da necessidade da convivência mental com as questões que estão ligadas aos sinais, imagens e símbolos culturais, ou seja, o reconhecimento, o tratamento dos sentidos e significados dos indicadores da memória coletiva. Adentra-se, portanto, nos campos da documentalidade e testemunhalidade dos segmentos patrimoniais que são alvo de musealização.

Nesse sentido, é essencial a sua conservação e preservação através dos processos de musealização, visto que “os processos de musealização da arqueologia contribuem para a abertura dos caminhos do pertencimento como percursos fundamentais para o entendimento do exercício da cidadania” (BRUNO, 2006, p.236).

Quando se musealiza algo e confere-lhe o status de patrimônio, não quer dizer que se encerraram ali as ações, mas é um processo contínuo para a preservação daquele bem à posteridade.

No entanto, acredita-se que ao se pensar em musealizar um sítio arqueológico sobre o qual pessoas habitam é necessário considerar as demandas suscitadas pela comunidade local, perpassando pelas questões políticas, socioeconômicas e identitárias.

Assim, fica evidente que as estruturas mentais que consolidam esta disciplina interagem com as idéias e conceitos preservacionistas de forma muito singular. Os processos de salvaguarda e comunicação, que são inerentes à musealização, particularizam o enfoque preservacionista da Museologia, dando-lhe caráter e dinâmica próprios.

Vale ainda ressaltar outra característica dos processos de musealização que diz respeito a sua própria estrutura, como as casas, a paisagem, comunidade com a preocupação de preservar a documentalidade, fidelidade, e a testemunhalidade passando pela informação, conhecimento, registro e pela memória coletiva.

Pelo exposto, considera-se que o Engenho Vitória, constitui um patrimônio histórico e cultural, de referência para comunidade Cachoeirana, tornando-se

fundamental a sua conservação, preservação e divulgação, através da musealização que integra a recuperação *“in situ”*, para o seu funcionamento.

O Engenho Vitória marcou o final do século XVIII e início do XIX com a produção de açúcar no Recôncavo Baiano, o que se produzia servia tanto ao mercado interno como ao mercado externo. O Engenho desempenhou um papel relevante para a formação da identidade socioeconômica e cultural local e regional.

Tratando-se do reconhecimento e das potencialidades que o Engenho Vitória apresenta (potencialidades estas determinantes, pois aportam referências culturais), observa-se que o patrimônio em questão pode ser transformado em local de pesquisa e visitação.

Nessa perspectiva é importante frisar que se devem adotar ações que impeçam o processo de degradação que o Engenho está sofrendo. Algumas medidas de proteção devem ser antecipadas para que não aconteçam perdas irreparáveis ao patrimônio histórico/cultural ali exposto. As medidas preventivas são necessárias, pois irão minimizar os impactos negativos que já ocorrem, maximizando os aspectos positivos do patrimônio arqueológico contidos no Engenho.

Vale ressaltar que é de suma importância que essas ações tenham o apoio do poder público e também das iniciativas privadas para que busquem ampliar o fórum de discussão sobre a valorização desse patrimônio, colocando em pauta os conceitos e objetivos referentes a todos as partes envolvidas.

Nesse sentido, é essencial a sua conservação e preservação através da musealização.

REFERÊNCIAS

ANTAS, Mário Nuno do Bento. **Musealização de monumentos**: da carta de Atenas à lei de proteção e valorização do patrimônio. 2011. Disponível em: <<http://cpgp.planetaclix.pt>>. Acesso em: 3 set. 2012.

ARANTES, A. A. (Org.). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1984.

ARAÚJO, Tatiana Brito de. **Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano**. Salvador: FIEB, 2002. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br/publicacao/fieb/premioeconomia/engenhos.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

_____. Panorama dos engenhos do Recôncavo Baiano. In: TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Brasil 500 anos**: encontros na Bahia. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2000.

_____. **Arquitetura do açúcar**: engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial. São Paulo: Nobel, 1990.

BAHIA. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Inventário de proteção do acervo cultural**. Salvador: IPAC, 1979.

BRASIL. Decreto 68.045, de 13 de janeiro de 1971. Converte em monumento nacional a cidade baiana de Cachoeira e dá outras providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jan. 1971.

_____. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 1937.

_____. Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, sobre o inventário com finalidades dos bens de valor cultural e natural. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1977.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, 2005.

_____. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Parapanema. **Cadernos de Sociomuseologia**, Portugal, v.17, n.17, 1999.

_____. **Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono e de mudanças.** **Cadernos de Sociomuseologia**, Portugal, v.17, n.17, 1999.

CALI, Plácido. **Sítio arqueológico engenho Pacuíba I.** São Paulo: Ilhabela, 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: CRIADO, Encarnación Aguilar (Coord.). **Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas.** [Granada]: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1999. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/1999/dic99>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Arqueologia musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha.** 2004. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/dissertacoes_teses/detalhe/Arqueologia_Musealizada.html>. Acesso em: 08 out. 2011.

CHAGAS, Mario. **Museália.** Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

_____. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação.** São Paulo: Annablume, 2006. 160p. (Selo universidade; 306).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** São Paulo: Atlas, 2011.

GUIMARÃES, Carlos Magno; NASCIMENTO, Évelin L. M. **De sítio arqueológico a espaço musealizado: possibilidades e limites para a arqueologia mineira colonial.** Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/11_sitio.pdf>. Acesso em: 17 maio 2011.

FERNANDES, Luydy Abraham; COSTA, Carlos Alberto Santos. Arqueologia do baixo Sul da Bahia: condicionantes espaciais na implantação de engenhos de açúcar. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v.22, n.2, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 2005.

FRANÇA, A. A ilha de São Sebastião: um estudo de geografia humana. **Boletim de Geografia**, São Paulo, v.178, 1954. Disponível em: <<http://sites/nupaub.fflch.usp.br/cenpec>>. Acesso em: 28 de ago. 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v.41, p.23-32, 2001a.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ;IPHAN, 2002.

GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 28, 1994.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, v.3, p.1, 1990.

_____. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, A. A. (org.) **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HAAS, J. Power, objects, and a voice for anthropology. **Current Anthropology**, [S.l.], v. 37, n. S1-S22, 1996.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia do trabalho científico**. 5.ed.; rev.; ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MARQUES, Maria Dulce de Oliveira. **As Salinas de Alcochete**: um patrimônio a musealizar. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

MENESES, José Newton Coelho. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: a Autêntica, 2004.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. **Identidade cultural e patrimônio arqueológico**. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc>>. Acesso em: 08 out. 2011.

MORAIS, Daisy de. **Arqueologia da arquitetura**: estação ferroviária de PIRAJU: ensaio de arqueologia da arquitetura de Ramos de Azevedo. Rio Grande do Sul: Habilis, 2007.

MRS ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA. **Plano de gestão do arquipélago de Fernando de Noronha**: ecoturismo e desenvolvimento sustentável. Brasília: MRS Estudos Ambientais, 2000. Disponível em: < http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/dissertacoes_teses/detalhe/Arqueologia_Musealizada.html > Acesso em: 08 out. 2011.

OTT, Carlos. **Os engenhos**: povoamento do Recôncavo pelos Engenhos. Salvador: Bigraf, 1996. v.1.

PARDI, Maria Lúcia Franco. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. **Revista do Patrimônio Histórica e Artística Nacional**, Rio de Janeiro, n.34, p. 305-337, 2007.

_____. **Gestão e política internacional**: temas e questões discutidas em Cartagena das Índias. Iphan, 2005.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO. In: BASTOS, Rossano Lopes. **Dicionário de Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario.php>>. Acesso em: 08 out. 2011.

PINHEIRO, Marcos José. **Museus, memória e esquecimento**: um projeto da modernidade. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. (Engenho & arte; v.7).

POTTER JÚNIOR, P.B. **Appropriating the victor by addressing the second person**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

RAPOSO, Luís. Benefícios e custos da musealização arqueológica. In: JORNADA ARQUEOLÓGICA, 7, 2003, Lisboa. **Anais**. Lisboa, 2003.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 15, 1992.

RIBEIRO, Henrique de Vasconcelos Cruz; NASCIMENTO, Cristiano Felipe Borba do. **Reinterpretando um lugar de memória**: planejamento interpretativo para o engenho Massangana. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, S.d.

RUY, Gama. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

SANDOVAL, Carolina da Graça; ARRUDA, Jéssica Silva; SANTOS, Nathália Cabral. Ouro Preto: impactos da atividade turística em uma cidade tombada. **Revista Itinerarium**, Rio de Janeiro, v.2, p. 20-25, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium>> Acesso em: 23 jul. 2011.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos: diversas formas de musealização. **Cadernos de Sociomuseologia**, Portugal, v.18, n.8, 2002.

SÃO PAULO. CASA CIVIL. **Biblioteca virtual do governo do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.bv.sp.gov.br>. Acesso em: 14 dez. 2010.

SCHÄRER, Martin R. Museologia e Patrimônio. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 85-89, jan./jul, 2009.

SCIFONI, Simone; RIBEIRO, Wagner Costa. Preservar: por que e para quem? **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v.2, n.2, p.105-116, 2006.

TICCIH. **Carta Niznhy Tagil**. 2003. Disponível em: <<http://www.patrimonioidustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>> . Acesso em: 23 jul. 2011.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: IPHAN; Garamond, 2007.

ZANIRATO, S. Helena; RIBEIRO, W.C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.26, n.51, jan./jun. 2006.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. **Museu e antropofagia do patrimônio arqueológico: (dês) caminhos da pratica brasileira**. Lisboa: [S.n], 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A	Planta da fábrica	50
APÊNDICE B	Planta do térreo	
APÊNDICE C	Planta do 1º pavimento	
APÊNDICE D	Planta do 2º pavimento	